

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018





# **Demonstrações Contábeis**

# Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018

### Conteúdo

Relatório dos Auditores Independentes Sobre as Demonstrações Contábeis

Balanços Patrimoniais

Demonstrações de Resultados

Demonstrações das Mutações do Passivo a Descoberto

Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Método Indireto

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis





# RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Conselheiros e Diretores da **Companhia de Saneamento de Alagoas – CASAL** Maceió – AL

### Opinião com ressalvas

Examinamos as demonstrações contábeis da **Companhia de Saneamento de Alagoas – CASAL** ("**Companhia**"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do passivo a descoberto e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos dos assuntos descritos na seção "Base para opinião com ressalvas", as demonstrações contábeis acima referidas apresentam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Companhia de Saneamento de Alagoas – CASAL** em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### Base para opinião com ressalvas

1. Conforme mencionado na Nota Explicativa n° 2.3, a Companhia não calculou as receitas decorrentes do abastecimento de água e da coleta de esgoto ainda não faturadas, que seriam contabilizadas por estimativa. Não nos foi possível calcular por procedimentos alternativos o valor das referidas receitas. Além disso, o saldo das "Contas a receber de clientes" não estava conciliado com a respectiva posição do sistema comercial. Não pudemos nos satisfazer quanto à adequação deste saldo por meio de outros procedimentos de auditoria.

Rio de Janeiro - RJ | Av. Graça Aranha, 416 / 11° andar - CEP: 20030-001 | Tel.: 55 21 2156-5800 - Fax: 55 21 2262-6806 - rj@bkr-lopesmachado.com.br

Filiais e Empresas Ligadas

São Paulo - SP | Tel.: 55 11 5041-4610 – Fax: 55 11 5041-4536 | sp@bkr-lopesmachado.com.br Belo Horizonte - MG | Tel.: 55 31 2122-3216 | bh@bkr-lopesmachado.com.br

Recife - PE | Tel.: 55 81 3325-6041 / 6040 / 6171 — Fax: 55 81 3325-6041 / 6171 | recife@bkr-lopesmachado.com.br

Vitória - ES | Tel.: 55 27 3100-9900 | es@bkr-lopesmachado.com.br

Macaé - RJ | Tel.: 55 22 2772-6896 - Fax: 55 21 2772-7455 | macae@bkr-lopesmachado.com.br





- 2. Ficamos impossibilitados de aplicar os devidos procedimentos de auditoria de forma a opinarmos sobre a adequação do saldo do ativo imobilizado em virtude de não ter sido concluído o serviço de levantamento e a avaliação patrimonial dos bens imobilizados até 31 de dezembro de 2019, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 14.
- 3. A Companhia não realizou estudos visando verificar a necessidade de registro de eventual ajuste em função da aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (Contratos de Concessão), emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Consequentemente, não foi possível avaliarmos os efeitos desse assunto sobre as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2019.
- 4. A Companhia elaborou as demonstrações contábeis de acordo com as políticas contábeis aplicáveis a entidades operando em regime normal. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia de Saneamento de Alagoas CASAL apurou um prejuízo acumulado até essa data de R\$800.041.767. Além disso, em 31 de dezembro de 2019, a Companhia apresentou uma insuficiência de capital de giro de R\$256.942.141. Estes fatores levantam dúvidas quanto à sua continuidade operacional e indica a necessidade de obtenção de rentabilidade futura e/ou a necessidade de ingresso de recursos sob a forma de capital e/ou financiamento de longo prazo.

Rio de Janeiro - RJ | Av. Graça Aranha, 416 / 11° andar - CEP: 20030-001 | Tel.: 55 21 2156-5800 - Fax: 55 21 2262-6806 - rj@bkr-lopesmachado.com.br

Filiais e Empresas Ligadas

São Paulo - SP | Tel.: 55 11 5041-4610 – Fax: 55 11 5041-4536 | sp@bkr-lopesmachado.com.br Belo Horizonte - MG | Tel.: 55 31 2122-3216 | bh@bkr-lopesmachado.com.br

Recife - PE | Tel.: 55 81 3325-6041 / 6040 / 6171 - Fax: 55 81 3325-6041 / 6171 | recife@bkr-lopesmachado.com.br

Vitória - ES | Tel.: 55 27 3100-9900 | es@bkr-lopesmachado.com.br

Macaé - RJ | Tel.: 55 22 2772-6896 - Fax: 55 21 2772-7455 | macae@bkr-lopesmachado.com.br





#### Patrocinada

5. A patrocinada FUNCASAL - Fundação Casal de Seguridade Social, que foi auditada por outros auditores independentes, está desenquadrada no limite anual de recursos destinados ao custeio administrativo das despesas pertinentes ao Plano de Gestão Administrativa - PGA, estabelecido pela Resolução CGPC nº 29 de 31 de agosto de 2009. A Resolução define dois critérios para apurar o limite para custeio. O primeiro é a aplicação de 1% de taxa de administração sobre o montante dos recursos garantidores dos planos de benefícios no último dia do exercício a que se referir, correspondendo, na FUNCASAL, ao valor de limite de R\$675 mil (R\$613 mil em 2018). O segundo é a aplicação de 9% de taxa de carregamento sobre o montante equivalente a soma das contribuições e dos benefícios pagos dos planos no exercício a que se referir, correspondendo, na FUNCASAL, ao valor de limite de R\$1.389 mil (R\$1.289 mil em 2018) sendo este o limite do custeio administrativo do PGA aplicável a FUNCASAL, por ser o maior limite dentre os dois critérios legais. Entretanto, no exercício de 2019, os recursos aplicados no custeio do Plano de Gestão Administrativa — PGA, no valor de R\$3.787 mil (R\$3.411 mil em 2018), correspondeu a 24,55% (23,82% em 2018) de taxa de carregamento incidentes sobre as contribuições e benefícios pagos do Plano de Benefício Definido no exercício, ultrapassando o limite de custeio em R\$2.398 mil no exercício (R\$2.122 mil em 2018). Até o exercício de 2014, o cálculo do limite de custeio foi obtido com a aplicação do percentual sobre os valores apurados dos recursos garantidores, contribuições e benefícios, em 31 de dezembro de 2009, conforme previsto na referida Resolução aplicável a fase de transição de 60 meses, finda em 31 de dezembro de 2014. Não foi possível estimarmos o efeito deste assunto sobre as demonstrações contábeis da Companhia de Saneamento de Alagoas - CASAL.

Rio de Janeiro - RJ | Av. Graça Aranha, 416 / 11° andar - CEP: 20030-001 | Tel.: 55 21 2156-5800 - Fax: 55 21 2262-6806 - rj@bkr-lopesmachado.com.br

Filiais e Empresas Ligadas

São Paulo - \$P | Tel.: 55 11 5041-4610 – Fax: 55 11 5041-4536 | sp@bkr-lopesmachado.com.br Belo Horizonte - MG | Tel.: 55 31 2122-3216 | bh@bkr-lopesmachado.com.br

Recife - PE | Tel.: 55 81 3325-6041 / 6040 / 6171 - Fax: 55 81 3325-6041 / 6171 | recife@bkr-lopesmachado.com.br

Vitória - ES | Tel.: 55 27 3100-9900 | es@bkr-lopesmachado.com.br

Macaé - RJ | Tel.: 55 22 2772-6896 - Fax: 55 21 2772-7455 | macae@bkr-lopesmachado.com.br





6. Em decorrência do desenquadramento no limite anual de recursos destinados ao custeio das despesas do Plano de Gestão Administrativa - PGA, estabelecido pela Resolução CGPC nº 29 de 31 de agosto de 2009, a FUNCASAL - Fundação Casal de Seguridade Social encaminhou à PREVIC o Oficio nº 021/2018-DP/FUNCASAL de 21 de março de 2018, que trata da formalização do Termo de Ajustamento de Conduta – TAC que versa sobre a Transferência da Gestão do Plano de Benefícios Definido, BD n° 01, CNPB nº 19.880.024-19, administrado pela FUNCASAL, para um Fundo Multipatrocinado de Previdência Complementar Fechado. Como resposta, no dia 29 de outubro de 2018, a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, por meio do ofício nº 45/2018/ERPE/DIFIS/PREV, informou a aprovação do Termo de Ajuste de Conduta - TAC, pela Diretoria Colegiada da PREVIC em sua 416<sup>a</sup> sessão ordinária, de 8 de outubro de 2018, conforme Despacho Decisório nº 176/2018/CGDC/DICOL, no âmbito do Processo nº 44011.005997/2017-97, que prevê um cronograma para a conclusão da transferência de gestão do Plano de Benefícios Definido, BD nº 01, para outra entidade, num prazo de 24 meses, que poderá sofrer paralisação da contagem de prazo em função dos processos de acompanhamento de análise da PREVIC. Conforme cláusula terceira do TAC, a FUNCASAL cumprirá um cronograma com 11 etapas, cada uma com um prazo a ser cumprido, estando presentemente, cumprindo a 6ª etapa das ações do referido TAC, que trata da escolha da empresa que irá assumir a gestão do Plano de Benefícios Definidos, BD nº 1, e que já foi declarada vencedora do certame a FIPECq Previdência. Após a efetivação da transferência do Plano BD nº 1 para a FIPECq Previdência, provavelmente se dará o início do processo de extinção do Plano de Gestão Administrativa - PGA e da pessoa jurídica FUNCASAL. Como consequência da provável descontinuidade da FUNCASAL, os valores com futuras rescisões de contratos de trabalho, incluindo a multa de 40% do FGTS de todos os colaboradores da FUNCASAL foram orçados, conforme consta na ata de Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo nº 123, realizada em 26 de dezembro de 2019, num valor relativo a rescisões de R\$348.348 mil e da multa de 40% do FGTS de R\$380.000 mil. Diante disso, os passivos da FUNCASAL estão apresentados a menor em R\$728.348 e as despesas a maior neste mesmo montante. Não foi possível estimarmos o efeito deste assunto sobre as demonstrações contábeis da Companhia de Saneamento de Alagoas - CASAL.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalvas.

Rio de Janeiro - RJ | Av. Graça Aranha, 416 / 11° andar - CEP: 20030-001 | Tel.: 55 21 2156-5800 - Fax: 55 21 2262-6806 - rj@bkr-lopesmachado.com.br

Filiais e Empresas Ligadas

São Paulo - SP | Tel.: 55 11 5041-4610 – Fax: 55 11 5041-4536 | sp@bkr-lopesmachado.com.br Belo Horizonte - MG | Tel.: 55 31 2122-3216 | bh@bkr-lopesmachado.com.br

Recife - PE | Tel.: 55 81 3325-6041 / 6040 / 6171 - Fax: 55 81 3325-6041 / 6171 | recife@bkr-lopesmachado.com.br

Vitória - ES | Tel.: 55 27 3100-9900 | es@bkr-lopesmachado.com.br

Macaé - RJ | Tel.: 55 22 2772-6896 - Fax: 55 21 2772-7455 | macae@bkr-lopesmachado.com.br





#### Ênfases

#### Parcelamento da Lei nº 11.941/2009

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 19(a), a Companhia entrou com uma Ação Cautelar perante à União, no intuito de obter provimento jurisdicional, que lhe assegurasse, mediante ao recolhimento por meio de DARF, a manutenção do parcelamento instituído pela Lei nº 11.941/2009, alegando que na apuração dos débitos, seriam indevidos os valores lançados a título de "honorários previdenciários", uma vez que não existiria base legal para sua aplicação. A Companhia obteve êxito na Ação Cautelar no exercício de 2016. Porém, até 31 de dezembro de 2019, a Receita Federal do Brasil - RFB ainda não havia reconhecido a atualização do débito previdenciário em questão. Não foi possível determinar os efeitos decorrentes da referida questão nas demonstrações contábeis.

#### Convênio SEINFRA

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 26, a Companhia não tem certeza quanto ao tratamento contábil adequado a ser adotado sobre os valores recebidos por meio de convênio junto à Secretaria de Infraestrutura - SEINFRA. Até a data de emissão deste relatório, a SEINFRA não havia se posicionado. Sendo assim, por ora, a Administração da CASAL decidiu manter os valores mencionados na referida Nota Explicativa registrados no "passivo não circulante", enquanto não há uma definição. Nossa opinião não contém ressalva sobre esse assunto

#### Contratos de concessão

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 35, a Companhia possui contratos de concessão vigentes para apenas 41 municípios entre os 77 atendidos por ela em todo o Estado de Alagoas. Não foi possível determinar os efeitos decorrentes da referida questão nas demonstrações contábeis.

Rio de Janeiro - RJ | Av. Graça Aranha, 416 / 11° andar - CEP: 20030-001 | Tel.: 55 21 2156-5800 - Fax: 55 21 2262-6806 - rj@bkr-lopesmachado.com.br

Filiais e Empresas Ligadas

São Paulo - ŠP | Tel.: 55 11 5041-4610 – Fax: 55 11 5041-4536 | sp@bkr-lopesmachado.com.br Belo Horizonte - MG | Tel.: 55 31 2122-3216 | bh@bkr-lopesmachado.com.br

Recife - PE | Tel.: 55 81 3325-6041 / 6040 / 6171 - Fax: 55 81 3325-6041 / 6171 | recife@bkr-lopesmachado.com.br

Vitória - ES | Tel.: 55 27 3100-9900 | es@bkr-lopesmachado.com.br

Macaé - RJ | Tel.: 55 22 2772-6896 - Fax: 55 21 2772-7455 | macae@bkr-lopesmachado.com.br





### Patrocinada

### Valores a receber da patrocinadora Companhia de Saneamento de Alagoas – CASAL

Os auditores independentes da patrocinada **FUNCASAL** – **Fundação Casal de Seguridade Social**, afirmaram que, em 31 de dezembro de 2019, os valores a receber da patrocinadora CASAL totalizam R\$157.796 mil (R\$151.488 mil em 2018). Este valor representa 70,02% (71,11% em 2018) do ativo líquido do plano - patrimônio de cobertura do plano e, para garantir a necessária liquidez e solvência atuarial ao longo do período de amortização da dívida, as medidas atualmente adotadas devem ser rigorosamente observadas, para em primeiro lugar, reverter os débitos constituídos pelas contribuições em atraso e, em segundo lugar, ir se amortizando os débitos constituídos pelas operações contratadas. A opinião dos auditores independentes da patrocinada não continha ressalva relacionada a esse assunto.

### Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

 $Rio\ de\ Janeiro\ -\ RJ\ |\ Av.\ Graça\ Aranha,\ 416\ /\ 11^{\circ}\ and ar\ -\ CEP:\ 20030-001\ |\ Tel.:\ 55\ 21\ 2156-5800\ -\ Fax:\ 55\ 21\ 2262-6806\ -\ rj@bkr-lopesmachado.com.br$ 

Filiais e Empresas Ligadas

São Paulo - SP | Tel.: 55 11 5041-4610 – Fax: 55 11 5041-4536 | sp@bkr-lopesmachado.com.br Belo Horizonte - MG | Tel.: 55 31 2122-3216 | bh@bkr-lopesmachado.com.br

Recife - PE | Tel.: 55 81 3325-6041 / 6040 / 6171 - Fax: 55 81 3325-6041 / 6171 | recife@bkr-lopesmachado.com.br

Vitória - ES | Tel.: 55 27 3100-9900 | es@bkr-lopesmachado.com.br

Macaé - RJ | Tel.: 55 22 2772-6896 - Fax: 55 21 2772-7455 | macae@bkr-lopesmachado.com.br





Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as
  divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de
  maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Rio de Janeiro - RJ | Av. Graça Aranha, 416 / 11° andar - CEP: 20030-001 | Tel.: 55 21 2156-5800 - Fax: 55 21 2262-6806 - rj@bkr-lopesmachado.com.br

Filiais e Empresas Ligadas

São Paulo - SP | Tel.: 55 11 5041-4610 – Fax: 55 11 5041-4536 | sp@bkr-lopesmachado.com.br Belo Horizonte - MG | Tel.: 55 31 2122-3216 | bh@bkr-lopesmachado.com.br

Recife - PE | Tel.: 55 81 3325-6041 / 6040 / 6171 - Fax: 55 81 3325-6041 / 6171 | recife@bkr-lopesmachado.com.br

Vitória - ES | Tel.: 55 27 3100-9900 | es@bkr-lopesmachado.com.br

Macaé - RJ | Tel.: 55 22 2772-6896 - Fax: 55 21 2772-7455 | macae@bkr-lopesmachado.com.br





Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro (RJ), 29 de maio de 2020.



CRC-RJ-2026-O

Contador - CRC-RJ-087079/O-3

Eliel Torres da Mota Contador – CRC – PE-025592/O-0

 $Rio\ de\ Janeiro\ -\ RJ\ |\ Av.\ Graça\ Aranha,\ 416\ /\ 11^{\circ}\ and ar\ -\ CEP:\ 20030-001\ |\ Tel.:\ 55\ 21\ 2156-5800\ -\ Fax:\ 55\ 21\ 2262-6806\ -\ rj@bkr-lopesmachado.com.br$ 

Filiais e Empresas Ligadas

São Paulo - SP | Tel.: 55 11 5041-4610 – Fax: 55 11 5041-4536 | sp@bkr-lopesmachado.com.br Belo Horizonte - MG | Tel.: 55 31 2122-3216 | bh@bkr-lopesmachado.com.br

Recife - PE | Tel.: 55 81 3325-6041 / 6040 / 6171 — Fax: 55 81 3325-6041 / 6171 | recife@bkr-lopesmachado.com.br

Vitória - ES | Tel.: 55 27 3100-9900 | es@bkr-lopesmachado.com.br

Macaé - RJ | Tel.: 55 22 2772-6896 - Fax: 55 21 2772-7455 | macae@bkr-lopesmachado.com.br



www.bkr.com

Américas - New York - NY - EUA | Tel.: 1 212 964-2115 - Fax: 1 212 964-2133 | bkr@bkr.com | Contato: Maureen Schwartz - Diretora Executiva



#### Balanços Patrimoniais

#### Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018

#### (Em Reais)

	Nota	2019	2018		Nota	2019	2018
Ativo				Passivo			
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7	8.510.532	7.440.711	Fornecedores e empreiteiros	15	279.043.638	276.861.435
Contas a receber de clientes	8	106.224.491	98.303.515	Empréstimos e financiamentos	16	-	7.483.635
Estoques	9	1.260.360	3.168.729	Salários e encargos sociais a pagar	17	3.573.932	17.680.306
Tributos a recuperar	10	1.030.901	921.721	Tributos a recolher	18	31.883.621	31.407.457
Outros créditos	11	925.742	570.416	Parcelamentos de tributos	19	14.349.494	17.675.511
	•	117.952.026	110.405.092	Fundação CASAL de Seguridade Social - FUNCASAL	20	10.019.149	9.157.710
				Parcelamentos junto à CEAL	21	18.232.575	22.664.680
Não circulante				Consignações a recolher	22	1.484.225	1.615.715
Realizável a longo prazo				Provisões para férias e encargos sociais	23	9.394.423	8.189.029
Depósitos judiciais	12	29.114.160	14.627.305	Outros débitos	24	6.913.110	8.473.127
Contas a receber de clientes	8	(3.738.562)	(6.863.877)			374.894.167	401.208.605
Pagamentos reembolsáveis	13	7.148.133	10.890.079				
	•	32.523.731	18.653.507	Não circulante			
Investimentos		1.165.929	494.585	Exigível a longo prazo			
Imobilizado	14	307.147.021	300.910.405	Empréstimos e financiamentos	16	-	21.514.911
Intangível		208.515	109.812	Parcelamentos de tributos	19	56.670.786	70.373.362
	•	341.045.196	320.168.309	Fundação CASAL de Seguridade Social - FUNCASAL	20	148.085.636	142.706.308
				Parcelamentos junto à CEAL	21	210.512.589	213.663.753
				Provisão para contingências	25	57.068.301	59.554.013
				Convênio SEINFRA	26	64.425.844	55.908.067
						536.763.156	563.720.414
				Passivo a descoberto	27		
				Capital social			
				Subscrito		357.381.666	357.381.666
				A integralizar		(10.000.000)	(10.000.000)
				Prejuízos acumulados		(800.041.767)	(881.737.284)
						(452.660.101)	(534.355.618)
Total do Ativo		458.997.222	430.573.401	Total do Passivo e do Passivo a Descoberto		458.997.222	430.573.401





# Demonstrações de Resultados

# Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018

# (Em Reais)

	Nota	2019	2018
Receita líquida de prestação de serviços	28	514.678.284	471.468.592
Custo dos serviços	29	(267.412.938)	(275.139.439)
Lucro bruto		247.265.346	196.329.153
Receitas (despesas) operacionais			
. Comerciais	29	(118.582.368)	(113.675.062)
. Administrativas	29	(68.316.549)	(55.683.477)
. Tributárias	30	(1.704.303)	(1.786.222)
. Contingências cíveis, trabalhistas e tributárias	31	2.970.125	307.022
. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	32	7.055.075	16.824.948
		(178.578.020)	(154.012.791)
Resultado antes do resultado financeiro		68.687.326	42.316.362
. Resultado financeiro	33	1.021.981	(28.813.534)
Lucro operacional antes dos impostos		69.709.307	13.502.828
Contribuição social		(3.876.888)	(1.081.297)
Lucro líquido do exercício		65.832.419	12.421.531
Número de ações ao final do exercício	27	136.495.743.163	136.495.743.163
Lucro líquido do exercício por ação		0,0004823	0,0000910





Demonstrações das Mutações do Passivo a Descoberto

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018

(Em Reais)

		Capital Social			
	Nota	Subscrito	A integralizar	Prejuízos Acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2018		357.381.666	(10.000.000)	(894.158.815)	(546.777.149)
Lucro líquido do exercício		-	-	12.421.531	12.421.531
Saldos em 31 de dezembro de 2018		357.381.666	(10.000.000)	(881.737.284)	(534.355.618)
Ajustes de exercícios anteriores	27(b)	-	-	15.863.098	15.863.098
Lucro líquido do exercício		-	-	65.832.419	65.832.419
Saldos em 31 de dezembro de 2019		357.381.666	(10.000.000)	(800.041.767)	(452.660.101)





Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Método Indireto

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018

### (Em Reais)

	2019	2018
Lucro líquido do exercício	65.832.419	12.421.531
Ajustes por:		
Ajustes de exercícios anteriores	15.863.098	-
Depreciação e amortização	7.783.803	7.991.530
Lucro líquido do exercício - Ajustado	89.479.320	20.413.061
Atividades operacionais		
Variação do contas a receber de clientes - Ativos circulante e não circulante	(11.046.291)	(10.707.113)
Variação dos estoques	1.908.369	161.552
Variação dos tributos a recuperar	(109.180)	(919.279)
Variação dos outros créditos	(355.326)	(42.921)
Variação dos depósitos judiciais	(14.486.855)	(7.067)
Variação dos pagamentos reembolsáveis	3.741.946	(1.958.590)
Variação dos fornecedores e empreiteiros	2.182.203	11.045.678
Variação dos salários e encargos sociais a pagar	(14.106.374)	13.670.619
Variação dos tributos a recolher	476.164	3.498.765
Variação dos parcelamentos de tributos - Passivos circulante e não circulante	(17.028.593)	(13.936.929)
Variação da Fundação CASAL de Seguridade Social - FUNCASAL - Passivos circulante e não circulante	6.240.767	5.300.859
Variação dos parcelamentos com a CEAL - Passivos circulante e não circulante	(7.583.269)	(7.142.722)
Variação das consignações a recolher	(131.490)	60.621
Variação das provisões para férias e encargos sociais	1.205.394	(3.110.139)
Variação de outros débitos	(1.560.017)	(3.986.975)
Variação da provisão para contingências	(2.485.712)	(625.968)
Variação do convênio SEINFRA	8.517.777	21.482.223
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de operacionais	44.858.833	33.195.675
Atividades de investimentos		
Investmentos	(671.344)	(263.011)
Imobilizado	(14.020.419)	(38.700.179)
Intangível	(98.703)	(11.960)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de investimentos	(14.790.466)	(38.975.150)
Atividades de empréstimos e financiamentos		
Empréstimos e financiamentos	(28.998.546)	3.048.296
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de empréstimos e financiamentos	(28.998.546)	3.048.296
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	1.069.821	(2.731.179)
Variação no saldo de caixa e equivalentes de caixa		
Saldos iniciais de caixa e equivalentes de caixa	7.440.711	10.171.890
Saldos finais de caixa e equivalentes de caixa	8.510.532	7.440.711
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	1.069.821	(2.731.179)





### Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

### Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018

(Em Reais)

### 1. Contexto operacional

A Companhia de Saneamento de Alagoas – CASAL é uma sociedade por ações de capital fechado, em regime de economia mista estadual, constituída nos termos das Leis Estaduais nº 2.491, de 1º de dezembro 1962, e nº 2.557, de 21 de junho de 1963. A Companhia tem por objetivo o abastecimento d'água, a remoção e tratamento de esgotos sanitários e o planejamento e controle de poluição hídrica em todo o Estado de Alagoas.

### 2. Resumo das principais políticas contábeis

### 2.1. Base de preparação

As demonstrações contábeis da Companhia foram elaboradas com base no custo histórico e estão sendo apresentadas conforme as políticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação de suas políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota Explicativa nº 4.

Todos os valores apresentados nas Demonstrações Contábeis, incluindo os valores inseridos nas notas explicativas, estão expressos em Reais, exceto aqueles eventualmente indicados de outra forma.

Não houve outros elementos componentes de resultados abrangentes além do resultado do exercício apresentado, razão pela qual a demonstração do resultado abrangente não está sendo apresentada.

As demonstrações contábeis foram autorizadas para emissão pela Administração da Companhia em 29 de maio de 2020.





### Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

### 2.2. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de bancos e aplicações financeiras com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo. As referidas aplicações estão demonstradas ao custo, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

#### 2.3. Contas a receber de clientes

O saldo de contas a receber de clientes é reconhecido pelo valor justo e deduzido da provisão para créditos de liquidação duvidosa. Estão apresentados pelos valores efetivamente faturados, decorrentes do serviço público de abastecimento de água e de esgotamento sanitário.

Não foram registradas as receitas decorrentes do abastecimento de água e da coleta de esgoto ainda não faturadas, que seriam contabilizadas por estimativas.

A Provisão para perda sobre os créditos de liquidação duvidosa é calculada sobre clientes residenciais, comerciais e industriais, e foi constituída em montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas nas realizações das referidas contas a receber.

A Companhia adota o seguinte critério para o cálculo da provisão para créditos de liquidação duvidosa:

I - em relação aos quais tenha havido a declaração de insolvência do devedor, em sentença emanada do Poder Judiciário;

II - sem garantia, de valor:

- a) até R\$ 15.000, por operação, vencidos há mais de seis meses, independentemente de iniciados os procedimentos judiciais para o seu recebimento;
- b) acima de R\$ 15.000 até R\$ 100.000, por operação, vencidos há mais de um ano, independentemente de iniciados os procedimentos judiciais para o seu recebimento, mantida a cobrança administrativa; e
- c) superior a R\$ 100.000, vencidos há mais de um ano, desde que iniciados e mantidos os procedimentos judiciais para o seu recebimento;





### Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

- III com garantia, vencidos há mais de dois anos, de valor:
- a) até R\$ 50.000, independentemente de iniciados os procedimentos judiciais para o seu recebimento ou o arresto das garantias; e
- b) superior a R\$ 50.000, desde que iniciados e mantidos os procedimentos judiciais para o seu recebimento ou o arresto das garantias; e
- IV contra devedor declarado falido ou pessoa jurídica em concordata ou recuperação judicial, relativamente à parcela que exceder o valor que esta tenha se comprometido a pagar, observado o disposto no § 5o." (NR).
- V os parcelamentos e financiamentos destes mesmos tipos de clientes obedecem aos mesmos critérios adotados no item anterior.

### 2.4. Estoques

Está representado principalmente por materiais de manutenção e conserto. É avaliado ao custo médio de aquisição, sendo classificado no ativo circulante. Os valores contabilizados não excedem seus custos de reposição ou de realização.

### 2.5. Tributos a recuperar

São avaliados pelo custo e não excedem o valor esperado de realização.

#### 2.6. Ativo financeiro

### 2.6.1 *Impairment* de ativos financeiros

A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- (iii) a Companhia, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, estende ao tomador uma concessão que um credor normalmente não consideraria;





### Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

- (iv) torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- (v) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou.
- (vi) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:
- . mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira;
- . condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

O montante da perda por *impairment* é mensurada como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Empresa pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preco de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

### 2.7. Investimentos

São avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos de provisão para perdas, quando aplicável.

#### 2.8. Imobilizado

Está demonstrado ao custo de aquisição ou construção, acrescido de correção monetária até 31 de dezembro de 1995 e deduzido da depreciação acumulada (calculada pelo método linear, a taxas que levam em consideração a vida útil econômica dos bens, apropriada ao resultado do exercício) e perdas ao valor recuperável, se for o caso. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e também pode incluir os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificadores. Os encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinados para o item do imobilizado aos quais foram incorporados.





### Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

### 2.9. Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

### 2.10. *Impairment* de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa – UGC). Os ativos não financeiros, que tenham sofrido *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório.

A administração definiu como Unidade Geradora de Caixa as atividades da Companhia como um todo por existirem subsídios cruzados entre os serviços de água e esgoto e dentre os municípios que atua.

Na avaliação da Companhia não há qualquer indicativo de que os valores contábeis não serão recuperados através de operações futuras.





### Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

### **2.11.** Fornecedores e empreiteiros

As contas a pagar aos fornecedores e empreiteiros são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas no passivo circulante se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas no passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

### 2.12. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

### 2.13. Provisão para contingências

As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: (i) a Empresa tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; (iii) e o valor possa ser estimado com segurança.

Constituída com base na posição dos consultores jurídicos da Companhia, julgada suficiente para cobrir eventuais perdas contingentes.

### 2.14. Outros ativos e passivos

Os ativos são demonstrados pelos valores realizáveis e os passivos pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias e cambiais.

### 2.15. Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada prestação de serviço.





### Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

### (i) Receita por prestação de serviços

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

A Companhia reconhece a receita quando: (i) os serviços são entregues (ii) o valor pode ser mensurado com segurança, (iii) seja provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e (iv) é provável que os valores serão recebidos. Não se considera que o valor da receita seja mensurável com segurança até que todas as condições relacionadas à sua prestação estejam atendidas. Se surgirem circunstâncias que possam alterar as estimativas originais de receitas ou custos, as estimativas iniciais serão revisadas. Essas revisões podem resultar em aumentos ou reduções das receitas ou custos estimados, e estão refletidas no resultado do período em que a Administração tomou conhecimento das circunstâncias que originaram a revisão.

### (ii) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação a um contas a receber, a Companhia reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do contas a receber.

### 2.16. Imposto de renda e contribuição social

Em 2018 a **CASAL** passou a se beneficiar da decisão relativa ao processo nº 0805600-87.2016.4.05.800, de 1º de julho de 2016, do Supremo Tribunal Federal – STF, que trata acerca do reconhecimento do direito a imunidade tributária recíproca em relação aos tributos incidentes sobre os seus bens, rendas e serviços, em especial o Imposto de Renda e Imposto sobre Operações Financeiras – IOF. Diante da decisão transitada em julgado, a Companhia está imune aos citados tributos, independente do resultado obtido em cada exercício.

Após apuração realizada considerando a decisão ora mencionada, a Companhia apresentou lucro tributável no exercício de 2019. Como consequência, apurou um montante de R\$3.876.888 relativo a Contribuição Social.

### 2.17. Transações com partes relacionadas

A Companhia não efetua transações com partes relacionadas em bases ou termos menos favoráveis do que aqueles que seriam praticados com terceiros.





### Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

### 3. Mudança nas políticas contábeis e divulgações

### IFRS 16/CPC 06 (R2) – Arrendamento mercantil

Em 1º de janeiro de 2019 entrou em vigor as alterações trazidas pelo CPC 06 (R2), onde as arrendatárias deverão reconhecer os pagamentos a serem realizados (passivo), bem como os direitos de uso dos ativos arrendados para todos os contatos de arrendamento mercantil, com exceção dos casos de arrendamentos de curto prazo (inferior a 12 meses) ou de arrendamentos de baixo valor. A norma introduziu um modelo único de contabilização no balanço patrimonial, onde o principal ponto de alteração é a mudança da natureza da despesa, que passa a representar uma despesa de amortização do direito de uso do bem arrendado.

Como a Empresa não possui contratos relevantes de arrendamento mercantil, a adoção da norma não gerou impactos significativos sobre as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

### 4. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contemplados a seguir:

### (a) Imposto de renda, contribuição social e outros impostos

A Companhia está sujeita ao imposto de renda e contribuição social com base nas alíquotas vigentes. A Companhia também reconhece provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado dessa avaliação é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado.





### Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

#### 5. Gestão de risco financeiro

#### 5.1 Fatores de risco financeiro

A gestão de risco é realizada pelo setor financeiro da Companhia, segundo as políticas aprovadas pela Diretoria. O setor financeiro da Companhia identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros. A Diretoria estabelece princípios para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas.

### (a) Risco de liquidez

É o risco da Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e os pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Menos de um	Mais de um
	ano	ano
Em 31 de dezembro de 2019		
Fornecedores e empreiteiros	279.043.638	
	279.043.638	
Em 31 de dezembro de 2018		
Fornecedores e empreiteiros	276.861.435	_
Empréstimos e financiamentos	7.483.635	21.514.911
	284.345.070	21.514.911

### (b) Risco de crédito

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício.





### Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

### 5.2 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos sócios quotistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para redução de custos.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de distribuição de lucros, devolver capital aos quotistas ou, ainda, vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

### 6. Instrumentos financeiros por categoria

		2019	2018
	Art C. D.I. D.C. 11		
	Ativos conforme Balanço Patrimonial		
	Caixa e equivalentes de caixa	8.510.532	7.440.711
	Contas a receber de clientes	102.485.929	91.439.638
		110.996.461	98.880.349
		110.770.401	70.000.547
	Passivos conforme Balanço Patrimonial		
	Fornecedores e empreiteiros	279.043.638	276.861.435
	Empréstimos e financiamentos	<u> </u>	28.998.546
		501.036.560	503.620.679
7			
7.	Caixa e equivalentes de caixa		
		2019	2018
	Depósitos bancários	918.008	3.186.256
	Aplicações financeiras	7.502.524	1 251 155
	Certificado de Depósito Bancário - CDB	7.592.524	4.254.455
		8.510.532	7.440.711





### Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

### 8. Contas a receber de clientes – Ativos circulante não circulante

	20	119	20	18
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Faturamento de serviços de água e esgotamento sanitário	339.304.925	-	321.838.488	-
Parcelamentos de contas de usuários	32.774.648	8.510.706	25.689.182	5.456.217
Financiamentos de serviços	85.896.883	(12.249.268)	72.960.013	(12.320.094)
Agentes arrecadadores (i)	(5.935.810)	-	10.504.421	-
Guias de pagamentos	8.443.420		4.819.286	
	460.484.066	(3.738.562)	435.811.390	(6.863.877)
<ul> <li>(-) Financiamentos de serviços a faturar</li> <li>(-) Parcelamentos pactuados a faturar</li> <li>(-) Contas recebidas a maior ou em duplicidade</li> <li>(-) Arrecadação a discriminar (ii)</li> <li>(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (iii)</li> </ul>	7.448.345 (60.022.240) (13.957.471) (33.029.126) (254.699.083) (354.259.575)	- - - - -	7.042.917 (56.418.121) (13.957.471) (45.399.391) (228.775.809) (337.507.875)	- - - - -
	106.224.491	(3.738.562)	98.303.515	(6.863.877)

- (i) Referem-se aos numerários recebidos dos clientes pelas instituições financeiras e comerciais e ainda não repassados à Companhia em decorrência do *float* firmado nos contratos com estas instituições.
- (ii) Contempla os valores dos recebimentos de clientes ainda não classificados no sistema comercial da Companhia.

A movimentação da provisão para os créditos de liquidação duvidosa está apresentada a seguir:

	2019	2018
No início do exercício	(228.775.809)	(219.946.721)
Constituição	(44.454.275)	(44.241.908)
Reversão	18.531.001	35.412.820
No final do exercício	(254.699.083)	(228.775.809)

(iii) O saldo deste grupo de conta encontra-se em fase de revisão.





# Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

# 9. Estoques

	<del>-</del>		
		2019	2018
	Materiais de almoxarifado	1.218.094	3.168.081
	Outros	42.266	648
		1.260.360	3.168.729
10.	Tributos a recuperar		
		2019	2018
	IRPJ a recuperar	463.026	404.820
	CSLL a recuperar	148.210	97.455
	IR a recuperar	397.497	397.497
	INSS a recuperar	22.168	21.949
		1.030.901	921.721
11.	Outros créditos		
		2019	2018
		2019	2016
	Adiantamentos a fornecedores, empreiteiros e prestadores de serviços	265.255	279.557
	Adiantamentos a funcionários	292.861	-
	Tarifas bancárias a compensar	16.612	16.612
	Outros	351.014	274.247
		925 742	570 416
		925.742	570.416





### Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

### 12. Depósitos judiciais

	2019	2018
Depósitos judiciais para colaboradores, prestadores de serviços e fornecedores Valores bloqueados por medida judicial	27.774.127 1.340.033	13.285.988 1.341.317
	29.114.160	14.627.305

Referem-se a depósitos e bloqueios determinados pelo judiciário relativos a processos cíveis e trabalhistas movidos contra a CASAL.

### 13. Pagamentos reembolsáveis

Refere-se, basicamente, a valores a receber decorrentes dos gastos com colaboradores da CASAL cedidos a outros órgãos do Governo do Estado de Alagoas e sobre os quais a administração não espera perdas relevantes.





.14.

# Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

# 14. Imobilizado

# (a) Composição e movimentação

	Imobilizado em operação			Imobilizado em andamento			
	Sistema de abastecimento d'água	Sistemas de esgotos sanitários	Bens de uso	Sistema de abastecimento d'água	Sistemas de esgotos sanitários	Projetos e obras	Total
Taxa de depreciação	2 a 10%	2 a 10%	10 a 25%	-	-	-	
Saldos em 1º de janeiro de 2018	106.825.168	22.198.601	2.120.771	138.317.174	710.376	29.666	270.201.756
Adições Baixas Depreciação	1.278.271 (118.571) (5.988.193)	29.420 - (1.082.651)	1.092.235 (290.915) (920.686)	36.709.739	- - -	- - 	39.109.665 (409.486) (7.991.530)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	101.996.675	21.145.370	2.001.405	175.026.913	710.376	29.666	300.910.405
Adições Baixas Depreciação	1.288.167 (103.141) (6.004.026)	132.400 (95.898) (1.084.415)	927.175 (42.644) (695.362)	10.985.448	928.912 - -	- - -	14.262.102 (241.683) (7.783.803)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	97.177.675	20.097.457	2.190.574	186.012.361	1.639.288	29.666	307.147.021





### Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

### (b) Outras informações

### (i) Levantamento e Tombamento dos bens móveis e imóveis de propriedade da CASAL

Durante o exercício de 2010 foi firmado um contrato entre a CASAL e uma empresa especializada com o objetivo de realizar serviços de avaliações e regularização dominial de imóveis, a fim de proceder ao levantamento patrimonial dos bens reversíveis/operacionais e avaliações dos terrenos, edificações, poços, estações de tratamento, sistema de esgotamento sanitário, reservatórios, *booters*, redes de distribuições de água, estações elevatórias, veículos e máquinas e equipamentos em parte dos municípios onde a CASAL mantém operações (24 municípios do Estado de Alagoas). Neste contrato, foram selecionadas 10 cidades do sistema coletivo da zona do agreste e 14 cidades como prioritárias à CASAL, conforme a seguir: Arapiraca, Campo Grande, Coité de Nóia, Craíbas, Feira Grande, Girau do Ponciano, Igaci, Lagoa da Canoa, Olho D`água Grande, São Brás, Colônia de Leopoldina, Palmeira dos Índios, Rio Largo, Delmiro Gouveia, Santana do Ipanema, Barra de São Miguel, Coruripe, Anadia, Maribondo, Capela, Piranhas, Messias, São Luiz do Quitunde e Campestre. Dentre os municípios citados acima, Coruripe e São Luiz do Quitunde deixaram de ser atendidos pela CASAL a partir do exercício de 2017.

Em 2017, a CASAL firmou novo contrato com a empresa Cotrim e Amaral – Avaliações e Perícias Judiciais Ltda. – ME, por meio de licitação, com o objetivo de realizar o levantamento e a avaliação patrimonial dos bens que compõem o seu patrimônio. Somente após a conclusão desse trabalho, da forma que foi exigida no termo de referência e em sua totalidade, ou seja, em todos os municípios em que a Companhia mantém negócios, será possível efetuar os ajustes contábeis para a regularização dos saldos representativos do ativo imobilizado da CASAL. Em 31 de dezembro de 2019 o referido trabalho de levantamento e avaliação patrimonial não havia sido concluído.

### (ii) Levantamento dos imóveis de propriedade da CASAL

O Governo do Estado de Alagoas realizou o levantamento dos imóveis do Estado, entre eles, 323 bens de propriedade da Companhia.

#### 15. Fornecedores e empreiteiros

	2019	2018
Empreiteiros (i)	222.272.768	218.748.207
Fornecedores	56.770.870	58.113.228
	279.043.638	276.861.435

(i) Refere-se a valores a pagar a empreiteiros que não estão sendo pagos tempestivamente, mas são atualizados e corrigidos mensalmente por índices de mercado.





### Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

### 16. Empréstimos e financiamentos

	2018	
	Circulante	Não circulante
Caixa Econômica Federal Contrato de mútuo (i) Banco do Brasil S.A.	468.750	-
DMPL - Confissão e consolidação de dívida (ii)	7.014.885	21.514.911
	7.483.635	21.514.911

- (i) Refere-se a Cédula de Crédito Bancário na modalidade CDI Pós, contraído para fins de capital de giro. O valor total liberado foi de R\$4.500.000, em 22 de maio de 2015. Os encargos financeiros (juros) são calculados à taxa de 242,02% da taxa média diária do CDI (Certificado de Depósito Interfinanceiro). A liquidação da dívida se daria em 48 prestações mensais e consecutivas, com vencimento da primeira parcela em 22 de junho de 2015 e a última em 22 de junho de 2019. Estava garantido pelos recebíveis decorrentes da prestação de serviços. A Companhia efetuou a quitação dessa operação antes do vencimento final, no dia 25 de maio de 2019.
- (ii) Refere-se a empréstimos contraídos inicialmente em moeda estrangeira. Posteriormente, foram consolidados num único documento de confissão de dívidas junto ao Banco do Brasil e possuem as seguintes características:

Bônus	Taxa de juros (ao ano)	Período de amortização
Discount Bond	Libor Semestral + 0,8125%	Em uma parcela, em 11/04/2024
Par Bond	4% no primeio ano;	Em única parcela, em 11/04/2024
	4,24% no segundo ano;	
	5% no terceiro ano;	
	5,25% no quarto ano;	
	5,5% no quinto ano;	
	5,75% no sexto ano; e	
	6% do sétimo ao trigésimo ano.	

Em 2019, a Companhia decidiu quitar a confissão de dívida, utilizando uma caução existente no ato de contratação da operação, no montante de R\$28.359.707, mais o valor residual de quitação, de R\$2.993.450. Tal operação ocorreu em 2 de dezembro de 2019.





### Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

### 17. Salários e encargos sociais a pagar

IPASEAL a recolher

ISS a recolher

Outros

18.

	2019	2018
Salários e encargos sociais a pagar Rescisões a pagar Férias a pagar	3.552.545 21.387	16.901.206 - 779.100
	3.573.932	17.680.306
Tributos a recolher		
	2019	2018
CSLL sobre o lucro liquido	6.295.221	985.887
IRRF a recolher	1.089.907	1.109.790
FGTS a recolher	817.954	2.436.474
PIS a recolher	289.819	260.871
COFINS a recolher	1.337.625	1.204.032
INSS a recolher	2.480.460	5.886.777
SESI a recolher (i)	10.096.225	10.097.143
SENAI a recolher (ii)	8.648.151	8.566.154

- (i) Refere-se a valores em aberto junto ao SESI referente às competências de janeiro de 1995 a dezembro de 2002, bem como valores relativos ao 13º salário do mesmo período. Os valores provisionados não estão sendo quitados, sofrem apenas os acréscimos de multas e juros por atraso.
- (ii) Refere-se a valores em aberto junto ao SENAI referente às competências de março de 1993 a julho de 2008, bem como valores relativos ao 13º salário do mesmo período. Os valores provisionados não estão sendo quitados, sofrem apenas os acréscimos de multas e juros por atraso.

A Administração da Companhia está envidando esforços no sentido de iniciar uma negociação para um possível parcelamento destas dívidas.



27.597

449.831

350.831

31.883.621

27.597

445.937

386.795

31.407.457



### Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

#### 19. Parcelamentos de tributos

	2019		2018	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Parcelamento Lei n° 11.941 (a)	14.279.751	54.739.042	13.920.329	68.441.617
PIS (b)	11.527	319.263	583.334	319.264
COFINS (b)	58.216	1.612.481	2.946.205	1.612.481
Agência Nacional de Águas - ANA (c)			225.643	
	14.349.494	56.670.786	17.675.511	70.373.362

- (a) Em 30 de novembro de 2009, a Administração da CASAL aderiu ao parcelamento da Lei nº 11.941, de 28 de maio de 2009, que permitiu o parcelamento das dívidas decorrentes de débitos previdenciários vencidos até 30 de novembro de 2008, administradas pela Receita Federal do Brasil RFB e pela Procuradoria da Fazenda Nacional PGFN. A dívida remanescente, após as deduções permitidas pela Lei nº 11.941, foi consolidada em junho de 2011 e parcelada em 180 meses. Em 28 de julho de 2011, a Companhia entrou com uma Ação Cautelar perante à União, no intuito de obter provimento jurisdicional que lhe assegurasse, mediante ao recolhimento por meio de DARF, a manutenção do parcelamento instituído pela Lei nº 11.941/2009, alegando que na apuração dos débitos, seriam indevidos os valores lançados a título de "honorários previdenciários", vez que não existiria base legal para sua aplicação. A Companhia obteve êxito na Ação Cautelar no exercício de 2016. Porém, até 31 de dezembro de 2019, a RFB ainda não havia reconhecido a atualização do débito previdenciário em questão.
- (b) Referente ao parcelamento do PIS e da COFINS, cuja dívida global foi parcelada em 60 meses e os valores originais foram acrescidos multas e juros por atraso, conforme determina a legislação em vigor. A dívida é decorrente de valores não quitados durante o exercício de 2014, sendo esta consolidada em agosto de 2015.
- (c) Trata-se de parcelamento de dívida junto a Agência Nacional de Águas ANA, relativo à parcela não quitada da anuidade referente ao período de março de 2013 a março de 2014, decorrente da utilização de recursos hídricos de domínio da União. A referida dívida foi consolidada em 4 de dezembro de 2014, em 60 parcelas mensais e sucessivas. O pagamento da 1ª parcela ocorreu em 3 de fevereiro de 2015 e sua liquidação ocorreu em 20 de dezembro de 2019.





### Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

### 20. Fundação CASAL de Seguridade Social - FUNCASAL

	2019		2018	
	Circulante	Não circulante	Circulante Não circulante	
FUNCASAL-Seguridade Social - Patronal FUNCASAL-Seguridade Social - Parcelamento (i)	308.616 9.710.533	148.085.636	375.800 8.781.910	142.706.308
	10.019.149	148.085.636	9.157.710	142.706.308

(i) A CASAL é patrocinadora da Fundação CASAL de Seguridade Social - FUNCASAL, entidade fechada de previdência privada, regulamentada pelas Leis Complementares n° 108/2001 e 109/2001, de fins não lucrativos, com autonomia administrativa e financeira, autorizada a funcionar através da Portaria n° 4.281, de 28 de julho de 1988, do Ministério da Previdência e Assistência Social – MPAS, obedecendo às normas expedidas por meio da Secretaria da Previdência Complementar e às resoluções específicas do Banco Central do Brasil.

O plano de suplementação de aposentadorias é de benefício definido. A Fundação tem como principal finalidade suplementar, aos servidores da CASAL, os benefícios a que têm direito como segurados do Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social — SINPAS, tais como complementação de aposentadoria por invalidez, por tempo de serviço, por idade, de aposentadorias especiais, de pensão, de abono anual e do auxílio-doença.

Em 23 de novembro de 2005, foi assinado contrato entre a CASAL e a Fundação CASAL de Seguridade Social – FUNCASAL um instrumento particular de Confissão de dívida com garantia de caução, relativas à consolidação de débitos de contribuições de dívidas da primeira na condição de patrocinadora e retidas dos participantes.

A dívida resultante do contrato foi programada para pagamento em 360 prestações mensais e consecutivas, vencendo-se a primeira em 15 de maio de 2006 e a última em 15 de abril de 2036, calculadas e atualizadas nas formas estabelecidas em Nota Técnica Atuarial de cálculo das prestações mensais a serem amortizadas da dívida da patrocinadora CASAL para com a Fundação constante do Anexo ao JM/2522 de 8 de novembro de 2006, integrante do Acordo Extrajudicial.

O saldo devedor está sendo atualizado pelo índice mensal do INPC mais juros de 6% ao ano.





### Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

### 21. Parcelamentos junto à CEAL

	2019		2018	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Termo de confissão de dívida	18.232.575	210.512.589	22.664.680	213.663.753
	18.232.575	210.512.589	22.664.680	213.663.753

Em 2016, foi assinado um Termo de Confissão e Acordo de Parcelamento entre a Companhia Energética de Alagoas - CEAL e a Companhia de Saneamento de Alagoas - CASAL. Neste Termo foram consolidadas as faturas referentes ao Termo de Confissão de Dívida 006/2008, valores referentes a diferença de correção monetária não quitada no parcelamento 002/2004 e o consumo de energia elétrica não quitados. As dívidas foram negociadas da seguinte forma: R\$1.927.637 a título entrada e o saldo restante em 240 parcelas mensais de R\$1.796.313, com vencimento no último dia de cada mês subsequente ao mês de competência.

O não pagamento de qualquer das parcelas desta confissão de dívida acarretará cobrança de encargos (2% de multa e 1% de juros ao mês) e correção monetária pelo IGPM sobre o valor da parcela.

### 22. Consignações a recolher

	2019	2018
	<b>507.702</b>	0.60.010
De funcionários (i)	787.782	860.010
De empréstimos bancários (ii)	227.687	273.857
De fornecedores (iii)	375.459	375.459
De pensão alimentícia	93.297	106.389
	1.484.225	1.615.715
	1.484.225	1.615.715

- (i) Referem-se a valores descontados em folha para custeio da participação no plano de saúde e previdência complementar (Fundação CASAL de Seguridade Social FUNCASAL);
- (ii) Valores referentes a descontos em folha para garantir o pagamento dos empréstimos consignados contratados pelos funcionários junto a instituições financeiras;
- (iii) Valores caucionados cedidos por fornecedores e prestadores de serviços para garantir a entrega de produtos e a prestação de serviços contratados pela CASAL.



2019



### Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

### 23. Provisões para férias e encargos sociais

	2019	2018
Provisão para férias	7.007.626	6.018.938
INSS sobre férias FGTS sobre férias	1.826.187 560.610	1.689.265 480.826
	9.394.423	8.189.029

#### 24. Outros débitos

O saldo de R\$6.913.110 (R\$8.473.127 em 2018) se refere a energia elétrica a pagar.

### 25. Provisão para contingências

### (a) Perdas prováveis, provisionadas no balanço

A Companhia é parte envolvida em processos tributários, trabalhistas e cíveis, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, amparada pela opinião de seus consultores jurídicos.

A Companhia estima os seguintes desembolsos prováveis de caixa em 31 de dezembro de 2019 e 2018:

	2019	2016
Plano Bresser - Trabalhistas (i) Trabalhistas	40.480.040 6.386.995	40.480.040 4.043.030
Cíveis Tributários	10.201.266	4.998.829 10.032.114
	57.068.301	59.554.013



2018

2019



### Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

(i) Refere-se à ação promovida pelo sindicato que representa os funcionários da CASAL, com a pretensão de requerer a incorporação do percentual de 26,06%, a título de reajuste salarial, aos salários dos empregados nos idos de 1987. Diante da situação processual da época, a Companhia, cumprindo determinação judicial neste sentido, implantou o percentual de 26,06% nos salários dos seus colaboradores, situação mantida até os dias atuais.

No ano de 2000, já na fase de execução, foi arguida a tese de limitação do direito à data base da categoria, sustentada no teor da Súmula nº 322 do Tribunal Superior do Trabalho. A referida matéria foi arguida por meio, inicialmente, de embargos à execução perante o juízo de primeiro grau e, posteriormente, em sede de recurso de agravo de petição, perante o Tribunal Superior do Trabalho - TRT 19ª Região, o qual dele não reconheceu por ausência de garantia por parte da CASAL. Foram interpostos novos recursos de revista de decisão para o Tribunal Superior do Trabalho - TST, sustentando a nulidade da decisão, por cerceamento do direito de defesa.

A decisão da turma para o qual foi distribuído inicialmente, o recurso de revista não foi favorável. No entanto, na SDI-1 (Seção de Dissídios Individuais) do TST, ao apreciar recurso de Embargos, esta deu provimento ao recurso e anulou a decisão do TRT 19ª Região, determinando a devolução dos autos para aquele tribunal e mandando que o mesmo apreciasse as razões de mérito do recurso, mesmo sem a garantia da dívida.

Em dezembro de 2010, os autos retornaram, então, para o TRT 19ª Região, sendo colocado novamente em pauta para julgamento na sessão de 1º de março de 2011, e cujo resultado foi favorável a tese da CASAL, no que concerne a limitação da data base na realização dos cálculos do Processo. Dessa forma, o risco de perda do processo em questão pela empresa diminui substancialmente, após a decisão do TRT 19ª Região Superior do Trabalho, e conforme posição de nossos assessores jurídicos saiu de uma concepção de "praticamente certo" (entre 90% e 100%) para, pelo menos, um conceito de "provável", bem como com a tese da limitação da data base aceita pela justiça, praticamente definiu que não haverá valores a serem pagos aos funcionários visto que já houve valores pagos através de retenção judicial, bem como incorporação aos salários dos 26,06% já realizados em anos anteriores.

Após todas essas ocorrências, o TRT 19ª Região, por meio de sua Presidência, em 14/12/2012, proferiu o seguinte despacho:

"Em que pese não tenha havido manifestação deste Tribunal acerca do pleito do Estado de Alagoas para participar da relação processual como assistente litisconsorcial, é inegável que o Tribunal ao conceder à edilidade, através de sua Procuradoria, a faculdade de se manifestar nos autos, conforme fez às folhas 3.898/3.950 e ao apreciar a postulação de nulidade processual como o fez (f. 3.985), seria imprudente não considerar a possibilidade de intimar-se o Estado acerca das decisões proferidas no segundo e terceiro embargos, oportunizando até mesmo, por provocação do referido ente público o enfrentamento do pedido de assistência litisconsorcial não apreciado."





### Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Em decorrência, a Administração da Companhia consubstanciada na opinião dos seus assessores jurídicos, julgou pertinente e adequado que o processo em tela seja computado pela Companhia de Saneamento de Alagoas – CASAL, ainda como envolvendo risco provável, pois no exercício pende de julgamento recurso de revista perante o TST onde se discute a aplicação da tese de limitação a data-base, sendo certo que aquele órgão jurisdicional tem entendimento consolidado quanto a aplicação da mesma através de sua Súmula nº 322.

A movimentação da provisão para contingências está apresentada a seguir:

	2019	2018
No início do exercício	59.554.013	60.179.981
Atualização	484.413	(318.946)
Constituição	7.061.988	3.629.246
Reversão	(10.032.113)	(3.936.268)
No final do exercício	57.069.201	50 554 012
No final do exercicio	57.068.301	59.554.013

### (b) Perdas possíveis, não provisionadas no balanço

A Companhia tem ações de naturezas cível, trabalhista e tributário envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, demonstradas a seguir:

<u>-</u>	2019	2018
Cível Trabalhista Tributário	2.926 2.573.531	97.112.237 1.933.419 388.560.683
	2.576.457	487.606.339

#### 26. Convênio SEINFRA

A Companhia celebrou dois convênios de cooperação mútua com o Estado de Alagoas, por meio da Secretaria de Infraestrutura – SEINFRA. Os convênios de nº 040/2010 e 3300-510/2017 têm como objetivo principal a cooperação técnica e financeira entre o Estado de Alagoas, por meio da SEINFRA e da CASAL, visando à realização de obras de melhoramentos/adequação das redes coletoras, de saneamento e distribuidoras de água nos Municípios do Estado de Alagoas.





### Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

No tocante ao convênio nº 040/2010, os recursos financeiros montam em R\$25.000.000, sendo que cabe ao Estado o pagamento de R\$12.500.000 e a contrapartida da Companhia, no valor de R\$12.500.000, para serem aplicados até 31 de dezembro de 2010. Foi repassado pelo Estado de Alagoas até dezembro de 2014 o montante de R\$14.425.844, sendo R\$7.599.880 em 2014, R\$1.325.964, em 2013, R\$2.500.059, em 2011 e R\$2.999.941 em 2010. O referido convênio foi aditado, prorrogando-se a vigência do termo final para dezembro de 2016.

Por meio do convênio nº 3300-510/2017, firmado entre as partes no exercício de 2017, foram liberados novos recursos financeiros no montante de R\$100.000.000, sendo que cabe ao Estado o pagamento de R\$50.000.000 e a contrapartida da Companhia, no valor de R50.000.000, para serem aplicados até 31 de dezembro de 2017. O referido convênio foi aditado, prorrogando-se a vigência do termo final para março de 2019. Foi repassado pelo Estado de Alagoas até a data do último aditamento o montante de R\$50.000.000, sendo R\$20.000.000 em 2017, R\$21.482.223 em 2018 e R\$8.517.777 em 2019.

A Administração da CASAL solicitou à SEINFRA os posicionamentos com relação aos recursos disponibilizados à esta Companhia, objeto dos convênios nº 040/2010 e 3300-510/2017, com a finalidade de adotar o tratamento contábil adequado dos referidos valores ora registrados no "passivo não circulante". No entanto, até 31 de dezembro de 2019, a Companhia não obteve retorno sobre este assunto.

#### 27. Passivo a descoberto

### (a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 o capital social subscrito é de R\$357.381.666 e está representado da seguinte forma:

	Ordinárias	Preferenciais	Total	Percentual de Participação
Governo do Estado de Alagoas	136.443.592.738	4.143	136.443.596.881	99,9618%
Governo Federal	694.302	42.056.682	42.750.984	0,0313%
CODEVASF	-	6.155.465	6.155.465	0,0045%
Outros	54.546	3.185.287	3.239.833	0,0024%
	136.444.341.586	51.401.577	136.495.743.163	100,0000%

As ações preferenciais não têm direito a voto, porém, gozam de prioridade na distribuição e no reembolso do capital, sem direito a prêmio.





# Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

# (b) Ajustes de exercícios anteriores

28.

	2019	
Lançamentos em duplicidade na folha de pagamento	12.647.952	
Diferença entre saldo a pagar de folha de pagamento e pagamento efetivo	4.728.034	
Complemento de lançamento de CSLL	(1.512.888)	
	15.863.098	
Receita líquida de prestação de serviços		
	2019	2018
Receita bruta de serviços		
Serviços de abastecimento d'água	463.933.829	434.225.210
Serviços de esgotamento sanitário	102.806.455	96.350.608
Deduções		
Cancelamentos	(26.631.177)	(24.282.093)
Parcelamentos	(6.498.274)	(11.911.178)
Impostos	(18.932.549)	(22.913.955)
		_
	514.678.284	471.468.592





# Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

# 29. Custos e despesas por natureza

	2019	2018
Salários, ordenados e benefícios	(107.806.695)	(110.840.430)
Energia elétrica	(77.872.822)	(75.007.377)
Serviços de conservação e manutenção de sistema	(99.862.834)	(99.916.851)
Perdas de crédito de faturas a receber	(44.453.931)	(44.246.419)
Encargos sociais	(26.980.220)	(28.623.027)
Depreciação e amortização	(7.783.803)	(7.991.530)
Locação de bens móveis	(12.300.770)	(15.586.780)
Serviços de leitura e entrega de contas	(9.221.569)	(10.501.093)
Serviços de cortes e religação	(5.243.252)	(5.620.366)
Reclamação trabalhista	(5.343.666)	(4.255.594)
Tarifas bancárias sobre faturas de água/esgoto	(7.937.820)	(7.515.548)
Serviços de Processamento de dados	(4.936.361)	(4.076.618)
Serviços técnicos - Pessoa jurídica	(7.511.924)	(6.670.595)
Material de tratamento	(4.370.686)	(3.762.525)
Higiene e vigilância	(6.167.464)	(6.507.359)
Indenizações e avisos prévios	(13.150.108)	(1.214.748)
Material de conservação e manutenção do sistema	(1.395.336)	(2.725.156)
Combustíveis e lubrificantes	(2.229.415)	(2.250.143)
Alugueis de imóveis	(1.287.545)	(1.269.883)
Outros custos e despesas	(8.455.634)	(5.915.936)
	(454.311.855)	(444.497.978)
Custo dos serviços	(267.412.938)	(275.139.439)
Despesas comerciais	(118.582.368)	(113.675.062)
Despesas administrativas	(68.316.549)	(55.683.477)
	(454.311.855)	(444.497.978)





# Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

# 30. Despesas tributárias

	2019	2018
Imposto sobre operações financeiras - IOF	(184.192)	(289.259)
Taxa pelo uso da água	(922.032)	(853.364)
Taxa de fiscalização - ARSAL	(564.419)	(607.825)
Outros	(33.660)	(35.774)
	(1.704.303)	(1.786.222)
31. Despesas com contingências cíveis, trabalhistas e tributárias		
	2019	2018
Reversão (constituição) de provisão para contingências cíveis	(5.154.341)	(3.625.176)
Reversão (constituição) de provisão para contingências trabalhistas	(1.907.647)	3.936.268
Reversão (constituição) de provisão para contingências tributárias	10.032.113	(4.070)
	2.970.125	307.022
32. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		
	2019	2018
Outras receitas operacionais		
Recuperação de perdas sobre créditos a receber	16.987.511	17.695.326
Outras	401.856	114.514
	17.389.367	17.809.840
Outras despesas operacionais		
Despesas ambientais	(73.724)	(29.804)
Contribuições, doações e premiações	(48.494)	(61.457)
Ajuste de inventário	(6.148.442)	(115.869)
Indenizações por danos morais e materiais	(1.313.359)	(760.699)
Cancelamento de receita exercício anterior Outras despesas	(2.727.488)	(17.062)
Outras despesas	(22.785) (10.334.292)	(17.063) (984.892)
	(10.334.292)	(304.032)
	7.055.075	16.824.948





### Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

### 33. Resultado financeiro

	2019	2018
Receitas financeiras		
Variação cambial ativa	3.506.098	5.248.861
Acréscimos por impontualidade	16.320.374	15.495.765
Atualização de recebíveis	518.662	843.844
Rendimentos de aplicações financeiras	1.380.071	992.948
Descontos obtidos	638.268	435.858
Ajuste de inventário	1.242.741	112.624
	23.606.214	23.129.900
Despesas financeiras		
Encargos financeiros de dívidas com fornecedores	(3.768.094)	(2.600.599)
Encargos de dívida com parcelamento da FUNCASAL	(15.862.078)	(13.789.277)
Encargos de dívida com parcelamento da CEAL	(13.972.485)	(14.413.032)
Enacargos de tributos e contribuições sociais em atraso	(2.328.518)	(3.849.180)
Variação cambial passiva	19.761.992	(10.632.705)
SABESP (i)	(5.724.751)	(5.637.470)
Juros pagos	(510.474)	(904.504)
Outras	(179.825)	(116.667)
	(22.584.233)	(51.943.434)
	1.021.981	(28.813.534)

(i) A Companhia possui registrado como fornecedores a pagar, o saldo junto à SABESP decorrente da prestação de serviços de transferência de tecnologia realizado no ano de 2013. O valor registrado contabilmente decorrente desta dívida, não refletia a realidade. A CASAL, por prudência, decidiu atualizar o saldo devedor, uma vez que o processo de negociação junto a SABESP foi retomado em 2017.





### Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

#### 34. Fundo de Pensão

Em 31 de dezembro de 2019, a **FUNCASAL** – **Fundação Casal de Seguridade Social** contava com 637 (735 em 2018) participantes ativos, 555 (479 em 2018) participantes assistidos e 156 (153 em 2018) pensionistas assistidos.

Os principais recursos que a FUNCASAL dispõe para o seu funcionamento são representados por:

### Contribuições dos participantes

Os participantes contribuem com uma importância mensal equivalente aos produtos da aplicação das seguintes taxas:

- (a) 2,96% (2,86% em 2018) sobre a parcela do salário real de contribuição não excedente à metade do maior valor teto do salário de benefício da Previdência Social;
- (b) 5,60% (5,40% em 2018) sobre a parcela do salário real de contribuição situada entre a metade do maior valor teto e o próprio maior valor teto do salário de benefício da Previdência Social;
- (c) 14,19% (13,69% em 2018) sobre a parcela do salário real de contribuição situada entre o teto máximo de salário de contribuição da Previdência Social e 3 vezes o valor deste teto máximo;

Além dessa contribuição normal, está estabelecida a cobrança de joia (atuarial) para os que ingressam ou reingressam como participantes bem como para os participantes assistidos que venham a incluir novas pessoas no rol de dependentes-beneficiários.

(d) Os participantes assistidos recolhem a FUNCASAL uma contribuição mensal equivalente ao produto da aplicação da taxa de 2,86% (2,96% em 2018) sobre o valor de suplementação.

### Contribuição da entidade patrocinadora

A CASAL contribui mensalmente com:

(a) Contribuição normal: de valor equivalente ao montante mensal das contribuições normais de seus respectivos participantes, em atendimento à Emenda Constitucional nº 20 (paridade de contribuições patrocinadora e participantes);

A CASAL é responsável pelo processamento da folha de pagamento dos participantes ativos, base para o recebimento da contribuição.

#### Rendimentos financeiros

A Fundação dispõe dos rendimentos resultantes das aplicações financeiras provenientes das contribuições, que devem obedecer ao disposto nas Resoluções do Conselho Monetário Nacional.





### Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

A FUNCASAL apresenta, em 31 de dezembro de 2019, um déficit técnico acumulado de R\$7.179 mil (déficit técnico acumulado de R\$3.104 mil em 2018).

#### 35. Contratos de concessão

A Companhia, por meio de concessões municipais, presta serviços de tratamento e distribuição de água e coleta e tratamento de esgoto. Os contratos de concessão têm, em média, seu prazo de validade definido entre 20 e 30 anos.

A receita da Companhia é decorrente, basicamente, da prestação dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário em 77 municípios do Estado de Alagoas (igual quantidade em 2018), sendo que há 41 contratos vigentes, dos quais 6 são Contratos de Concessão e 35 são Contratos de Programa (mesmas quantidades em 2018).

De um total de 77 sedes municipais operadas, aproximadamente 36% dos contratos estão em processo de renovação por estarem vencidos (igual valor em 2018). Dos 41 municípios que possuem contrato de concessão/programa regular, 15% vencem entre os anos de 2024 e 2034 e 85% possuem vencimentos após 2040. Apesar do município de Pão de Açúcar possuir contrato de concessão vigente, a CASAL não presta serviço de qualquer natureza ao referido município.

As concessões são firmadas e renovadas gradativamente em trabalho de negociação que é realizado junto as Prefeituras, tendo como fator decisivo o reconhecimento pelas Municipalidades de que a Companhia tem conhecimento e experiência no setor de saneamento e com isso a possibilidade de alavancar recursos para investimentos junto às várias fontes de financiamento.

Os contratos de concessão que se encontram vigentes, representam, em 2019, aproximadamente 86% das suas receitas operacionais (igual valor em 2018).

### 36. Cobertura de seguros

A Companhia, face à natureza de suas atividades operacionais, que não representam riscos significativos, não possui seguros de seus ativos imobilizados.

A Companhia conta com um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, buscando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e sua operação, quando julgar relevante.





### Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

#### 37. Questões ambientais

A Companhia preocupa-se em minimizar os impactos ambientais que possam por em risco suas atividades e seu negócio. Isso é feito através de procedimentos de manutenção regulares e permanentes em seus sistemas de água e de esgotos. Além disso, com as ações de saneamento é dada grande contribuição à proteção do meio-ambiente e a melhoria das condições de saúde pública.

O gasto com manutenção regular de seus ativos operacionais é reconhecido ao resultado, bem como as despesas com questões ambientais, quando incorridas. A Administração da Companhia, com base em histórico da situação, acredita que nenhuma provisão adicional para perdas, relacionadas com questões ambientais, é necessária atualmente, inclusive em face de legislação ambiental em vigor no Brasil.

### 38. Eventos subsequentes

### (a) Contratos de Concessão com Entidades Privadas

O Governo do Estado de Alagoas firmou vínculo, em meados de 2017, com o Banco Nacional de Desenvolvimento Social – BNDES, com vistas a desenvolver um modelo de parcerias junto a iniciativa privada, com o objetivo de universalizar o abastecimento de água e esgotamento sanitário no âmbito de todo o Estado.

Para tal, o BNDES contratou um consórcio de consultores composto pelas empresas *Ernst & Young Global Limited*, EMA Engenharia de Meio Ambiente Ltda., Felsberg Advogados e Muzzi e Advogados Associados, as quais se responsabilizaram por propor um modelo contendo todas as informações técnicas, jurídicas e econômicas que apontassem viabilidade para o Estado de Alagoas. O Consórcio concluiu por um modelo de Concessão em blocos regionais, onde dividiu o Estado em 3 (três) regiões, sendo que em duas delas (Metropolitana de Maceió e Sertão do Estado), a CASAL seria responsável apenas por captar, aduzir, tratar e entregar água potável nos reservatórios de distribuição. Com isso, um novo concessionário ficaria responsável por prestar os demais serviços.

No ano de 2019, o Estado de Alagoas tomou a decisão de licitar o modelo de "Concessão Comum" apenas para a Região Metropolitana de Maceió, a qual abrange os municípios de Atalaia, Barra de Santo Antônio, Barra de São Miguel, Coqueiro Seco, Maceió, Marechal Deodoro, Messias, Murici, Paripueira, Pilar, Rio Largo, Santa Luzia do Norte e Satuba. Neste cenário, a CASAL captará, aduzirá e produzirá água potável em todos os municípios, exceto nos de Atalaia, Barra de Santo Antônio e Marechal Deodoro, nos quais os tais serviços serão feitos pelo novo Concessionário, que também ficará responsável pela distribuição e comercialização de água para a população, bem como por todos os serviços de esgotamento sanitário em todos os municípios.





### Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Na modelagem se prevê o atendimento de 1,4 milhões de pessoas na Região Metropolitana de Maceió. As metas de universalização para o novo Concessionário são de atingir 100% (cem por cento) de cobertura de abastecimento de água em todos os municípios em até 6 anos, bem como de atingir 90% (noventa por cento) de cobertura em esgotamento sanitário com prazos divididos de 6, 8, 11 e 16 anos, conforme a tabela abaixo:

6 anos	8 anos	11 anos	16 anos
Marechal Deodoro (SAAE)	Atalaia (SAAE)	Messias	Coqueiro Seco
	Barra de Santo Antônio	Murici	Pilar
	Barra de São Miguel		Santa Luiza do Norte
	Maceió		Satuba
	Paripueira		
	Rio Largo		

Os investimentos previstos para ocorrerem durante toda a concessão são de aproximadamente R\$2,6 bilhões, já englobando todas as benfeitorias nas unidades que serão operadas pela CASAL; ou seja, todos os investimentos para atendimento das metas estabelecidas no Contrato de Concessão futuro serão encargos do novo Concessionário. O prazo previsto para a Concessão será de 35 anos.

Os atos jurídicos que outorgam poderes ao Estado de Alagoas para realizar a Concessão foram publicados no Diário Oficial do Estado de Alagoas, no dia 6 de fevereiro de 2020, que consta o Convênio de Cooperação entre a Região Metropolitana de Maceió – RMM e o Estado de Alagoas. A previsão para que ocorra o lançamento do edital seria no final de maio de 2020. O leilão deveria ocorrer ente o fim de agosto e o início de setembro de 2020.

Após a assinatura do Contrato de Concessão, a CASAL passará a realizar a operação assistida juntamente com o Concessionário, num prazo máximo de 180 dias. Findo este período, o novo Concessionário assumirá em definitivo todos os serviços outorgados a ele. Consequentemente, os prazos citados anteriormente poderão sofrer alterações.

### (b) COVID-19

As constantes notícias sobre o avanço do novo Coronavírus ("COVID-19") estão afetando a economia global e mais recentemente passou também a afetar a economia brasileira diretamente. A quarentena imposta ao comércio e as restrições a circulação de pessoas, são medidas que devem trazer forte impacto nas atividades das empresas como um todo. A Empresa está seguindo todas as recomendações das autoridades sanitárias do País, além de estar elaborando um plano de contingência visando garantir o abastecimento e a continuidade de suas operações. Neste momento, porém, ainda não é possível mensurar os reais impactos nas operações e o quanto isso pode afetar seus resultados dada a complexidade da situação e seu ineditismo. A Administração da Empresa estará empenhada em mitigar possíveis reflexos do cenário de curto prazo e procurará na medida do possível mensurar os impactos nas demonstrações contábeis.

